

01. Qual o foro competente para o pedido de Recuperação Judicial?

O juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil. Sede principal da empresa devedora no Brasil, ou seja, onde ficar a sede administrativa da empresa ou comando dos negócios, maior volume de negócios.

02. O administrador judicial

Nomeado pelo juiz e deve ser um profissional de confiança, imparcial e idôneo, atuando como braço direito do juiz

Funções:

- Verificar e levantar créditos e débitos
- Organizar a Assembleia de Credores
- Fiscalizar o devedor para que cumpra o plano aprovado em assembleia
- Art. 22 alínea J item Administrar a massa falida, assumindo o lugar do proprietário

Pode ser uma pessoa física ou jurídica, mas é preferível que seja um profissional com experiência comprovada, como um advogado, economista, contador ou administrador de empresas.

Art. 24 §1 O administrador judicial é remunerado, mas o total pago não pode exceder 5% do valor devido aos credores ou do valor de venda dos bens na falência.

03. Quem pode pedir recuperação e quais os requisitos?

- Empresário Individual
- Sociedade empresária
- Produtor rural (art. 48)
- Cooperativa Médica (art. 6º, § 13)
- Clube de futebol - art. 13, da Lei nº 14.193
- Grupos de empresariais (Art. 69 - F)

Requisitos específicos

1. Exercício regular das atividades há mais de dois anos.
2. Não ser falido ou, se falido, que suas obrigações já tenham sido extintas.
3. Não ter obtido recuperação judicial há menos de 5 anos.
4. Não ter obtido recuperação judicial, com base em plano especial, há menos de 5 anos.

5. Não ter sido condenado por crime falimentar, nem ter como sócio controlador ou administrador pessoa condenada por crime falimentar.

04. Quais as consequências do deferimento da Recuperação judicial?

1. Nomear o administrador judicial;
2. Determinar a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades. Isso facilita no saneamento da atividade.
3. Ordenar a suspensão de todas as execuções contra o devedor. Essa suspensão das execuções é chamada de automatic stay e tem o objetivo de proteger o devedor dos esforços de cobrança de credores (TOMAZETTE, p.207). Visa dar um fôlego;
4. Determinar ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais: é por meio dessas contas que o poder judiciário consegue exercer seu poder de fiscalização;
5. Ordenar a intimação do Ministério Público e das Fazendas Públicas para que informem os créditos existentes.

05. Qual a consequência da concessão da Rj para o credor?

O principal efeito é a novação das obrigações, o que faz com que elas ganhem um novo contorno obrigacional submetidas ao plano recuperatório. No entanto, elas podem voltar às condições originárias se o juiz convolar a recuperação em falência.